

Enquanto o Fórum das Seis negocia, o Cruesp negaceia

Arrogância e desrespeito foram a tônica do comportamento dos reitores na reunião de 11/5

Daniel Garcia

Vamos falar claro: na primeira reunião de data-base de 2010 entre Fórum das Seis e Cruesp, pouca negociação houve. A extensão do reajuste de 6% aos funcionários técnico-administrativos e a reivindicação da parcela fixa de R\$ 200 foram peremptoriamente negadas; e foi comunicado o reajuste de 6,57%, correspondente à inflação de 5,07% medida pela Fipe, acrescida de 1,43% a título de recuperação de perdas.

A reunião foi caracterizada pela arrogância, intransigência e desrespeito, por parte do Cruesp, às falas dos representantes do Fórum. O presidente do Cruesp, reitor da Unicamp, monopolizou a pouca negociação e a muita negaça: do tempo de fala dos reitores, ocupou cerca de 85%, enquanto a intervenção do reitor da Unesp durou 14,9%. O reitor da USP limitou-se a concordar com as manifestações dos demais, em sua única intervenção durante toda a reunião.

O que afirmaram os reitores?

- os 6% aos docentes vieram para equiparar os salá-

rios de doutores e titulares aos salários das universidades federais.

Indagamos: e a “reestruturação da carreira docente”, que apareceu no comunicado nº 1 do Cruesp e foi várias vezes reiterada pelos reitores, que fim levou?

- no arquivo do Cruesp não há menção à isonomia salarial.

Os princípios da isonomia salarial constam do acordo de data-base assinado em 10/04/1991, pelo Cruesp e Fórum das Seis.

- o aumento da arrecadação do ICMS nos três primeiros meses de 2010, sobre igual período de 2009, não prosseguirá nos meses seguintes.

O Cruesp abandonou os R\$ 59 bilhões previstos pelo governo estadual e adotou a previsão de R\$ 61,2 bilhões, enquanto o Fórum, baseando-se em previsão de inflação de 5,5% e crescimento de 5% do PIB em 2010, prevê que a arrecadação chegará a R\$ 63,2 bilhões.

- a parcela fixa não cabe na filosofia do Cruesp, pois destruiria a carreira dos funcionários.



Ato na rua Itapeva, durante a negociação, mobilizou a comunidade

Perguntamos: os 5% de interstícios são sagrados?

Essa postura do Cruesp resultou numa radicalização e ampliação do movimento dos funcionários das três universidades, como resposta ao reajuste diferenciado concedido a professores e funcionários técnico-administrativos. Os docentes das três universidades também mostram seu des-

contentamento com a quebra da isonomia, como exemplificam as assembleias da AduSP realizadas em São Paulo e Ribeirão Preto, que deliberaram: 1. Realizar, em 18/5, dia de mobilização com participação no Ato do Fórum das Seis; 2. Manifestar-se contra todas as medidas que atacam o direito de greve e criminalizam o legítimo direito de defe-

sa dos interesses da categoria; 3. Propor ao Fórum a apresentação de contraproposta, na próxima reunião de negociação, em 18/5, reivindicando a extensão dos 6% aos funcionários.

Voltamos a conclamar os colegas a participarem do ato do dia 18/5 para transformar a “negaceiação” em negociação de fato!

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUSP

19/05, 4ª FEIRA, 17 horas, AUDITÓRIO ADMA JAFET (IF)

Campanha salarial: avaliação da reunião de negociação de 18/5

Primeira reunião de negociação é marcada por ato público

Daniel Garcia

Mesmo com a mudança da sede do Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para a Rua Itapeva, no bairro da Bela Vista, a primeira reunião de negociação salarial entre a entidade e o Fórum das Seis, no dia 11/5, foi acompanhada por centenas de funcionários, estudantes e professores da USP, Unesp e Unicamp, que fecharam a rua em frente ao edifício “Itapeva One” por mais de quatro horas, como forma de pressionar os reitores.

Diversos ônibus foram deslocados dos campi do interior e da capital para o ato. Tirado do bagageiro do ônibus de Piracicaba, um manequim vestido de juiz de futebol e portando um cartão vermelho na mão anunciava: “Cartão vermelho para Rodas e para os administradores do Cruesp”. Faixas e palavras de ordem reivindicavam o restabeleci-

mento da isonomia entre professores e funcionários, quebrada pelo Cruesp em março, ao conceder reajuste de 6% somente para os docentes.

A partir das 15 horas, horário marcado para o início da reunião, os manifestantes bloquearam a rua, permitindo porém a passagem de veículos de emergência. Policiais da Força Tática colocaram-se então em formação, portando escudos e armas ditas “não-letais”. Na frente do edifício, homens vestidos de terno, que aparentavam ser seguranças privados, foram identificados por funcionários da USP como membros da Guarda Universitária, indevidamente deslocados para fora do campus. Apesar da tensão, não houve conflitos.

Os manifestantes repudiaram a mudança de endereço do Cruesp e reivindicaram a volta das negociações para os campi das universi-



Pressão sobre os reitores durante a negociação do dia 11/5

dades. “O aluguel de um andar num edifício privado é um desperdício de dinheiro público. Repudiamos a mu-

dança para a Rua Itapeva, mas onde quer que eles [os reitores] vão, nós vamos estar junto. Não vamos deixar

que as negociações aconteçam a portas fechadas”, declarou um estudante no carro de som.

Manifesto da assembleia de 13/5/10

Reunidos em Assembleia da Adusp, em 13/5/2010, docentes da USP vêm a público reiterar sua convicção no sentido de que o processo de negociação da data-base de docentes e funcionários das três Universidades Públicas Paulistas deva se pautar pelo diálogo democrático e franco entre as partes. Nesse sentido, repudia as iniciativas da Reitoria da Usp frente ao movimento grevista dos funcionários técnico-administrativos, iniciativas que prevêm:

1. Não pagamento dos dias parados;
2. Ameaça, com base em liminar já concedida a seu pedido de cobrança de multas diárias à entidade sindical, em caso de “turbação” de sua posse;
3. Solicitação de autoriza-

ção prévia para a “adoção das medidas que se fizerem pertinentes à defesa ou recuperação da posse dos bens públicos, inclusive o concurso de força policial”.

Tais atitudes atacam os legítimos direitos de greve e de defesa da categoria e nos fazem temer que venhamos a reviver, em 2010, o mesmo clima que vivemos em 2009 quando, a chamado da então reitora, a Polícia Militar entrou no campus da USP, impondo a todos os integrantes da comunidade cenas de violência só vistas durante a ditadura militar.

Não aceitamos, assim, tais iniciativas e manifestamos nossa expectativa de que prevaleça o espírito democrático e a disposição ao diálogo efetivo.

Assembleia de RP aprova moção de repúdio

A assembléia geral da Adusp de Ribeirão Preto realizada em 13/5 deliberou por apoiar a extensão, aos funcionários, dos 6% concedidos aos docentes; entrar em contato com a mídia local para esclarecer as razões do movimento; garantir a presença de representantes da Adusp regional na próxima assembléia dos funcionários, para prestar apoio ao movimento destes.

A assembléia também aprovou uma moção de repúdio ao comportamento do Cruesp nas negociações, relativamente aos funcionários das três universidades. A seguir, a íntegra da moção, que será enviada ao Cruesp com cópia para o reitor da USP:

“Os docentes do Campus

da USP de Ribeirão Preto, reunidos em Assembléia Geral realizada em 13 de maio de 2010, manifestaram preocupação em relação a atitude do Cruesp quanto à forma como se está conduzindo as negociações da data base em especial no que tange aos servidores técnico-administrativos, com a quebra da isonomia salarial, pelo que deliberaram pela presente moção de repúdio. Vale lembrar que desde 1991, conforme registrado no Extrato da Ata da reunião dos três Reitores com as Entidades Representativas dos docentes e funcionários das três Universidades Estaduais Paulistas, foi instituída a regra da isonomia entre servidores técnico-administrativos e docentes, prevalecendo

um ambiente harmônico nas Universidades. Nesse sentido há preocupação dos docentes do Campus de Ribeirão Preto em seguir junto com os servidores técnico-administrativos nessa luta em estabelecer a isonomia salarial.”

Ainda em 13/5, a Adusp regional realizou, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FD-RP), o debate “Previdência e Carreira Docente na USP”, do qual participaram Ana Cristina Nassif Karam, assessora jurídica da Adusp, Gustavo Assed Ferreira, professor da FD-RP, João Zanetic, presidente da Adusp, e José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Visões divergentes na conversa entre CR e reitor

O reitor não pretende criar comissão, nem propor ao Conselho Universitário (Co) qualquer formatação pré-definida a respeito da reforma do Estatuto, preferindo apostar numa “tempestade cerebral” (brainstorm, expressão utilizada por ele) para que “no âmbito do próprio Co” seja divisado um encaminhamento da questão: “Vamos ver o que brota dessa discussão inicial”, disse Grandino Rodas durante reunião realizada com Conselho de Representantes (CR) da Adusp, no dia 7/5.

A conversa, que durou cerca de duas horas, também tratou de carreira docente, campanha salarial, fundações privadas “de apoio” e previdência. O chefe de gabinete, professor Alberto Carlos Amadio, participou da audiência.

Pela Adusp, estiveram presentes os professores Plauto Aranha Watanabe (FO-RP), Beatriz Raposo de Medeiros (FFLCH), Luis Dantas (EE-FE), Carla Roberto de Carvalho (ICB), Marcelo Ventura Freire (EACH), Raquel Casarotto (FM) e Lucy Soares (IO), membros do CR, e os diretores Elisabetta Santoro (FFLCH), Heloísa Borsari (IME) e João Zanetic (IF).

Estatuante

No início da reunião, o professor Zanetic reiterou a posição da Adusp sobre a questão da reforma estatutária: a defesa da Estatuante democrática e soberana. O presidente da Adusp frisou a diferença entre o cenário de 1988, quando ocorreu a última reforma, e o atual: “O Estatuto incorporou muitos dos atos discricionários da Ditadura, por exemplo, quanto à escolha dos dirigentes”. Ele também manifestou o desacordo da entidade com a



Reunião entre o Conselho de Representantes e Rodas em 7/5

reforma da carreira, como aprovada no Co.

O reitor e o chefe de gabinete propuseram uma “limpeza” da pauta do Co como forma de garantir o debate de questões mais abrangentes. Pontos como a questão dos núcleos, que ordinariamente poderia ser acompanhada pelos conselhos centrais, ou a emissão de segunda via de diplomas, deixariam de ocupar o tempo dos conselheiros.

“Se se conseguir essa limpeza de pauta, só de coisas incontestes, a gente pode dedicar grande parte do Co para isso”, disse Rodas, referindo-se à questão da reforma do Estatuto.

Carreira

“Não posso mais procrastinar a implementação” da reforma da carreira, declarou o reitor. “Nenhum administrador pode deixar [sem cumprir] uma decisão do Co”, completou. O professor Zanetic observou que, diante da constatação de que as

reformas em curso nas três universidades estaduais provocam uma quebra na isonomia até então existente, o Fórum das Seis havia solicitado ao Cruesp a suspensão da tramitação dos novos planos de carreira.

Analogamente à questão anterior, também aqui o reitor deu a entender que se limitará a pedir ao Co “que se pronuncie”, sem encaminhar uma posição da Reitoria, o que suscitou questionamentos dos professores presentes.

O professor Amadio, após ressaltar que o *timing* das três universidades é bem diferente, afirmou que a USP não tem “oficialmente” as reformas em curso na Unesp e Unicamp, pois, segundo ele, não cabe à instituição solicitar essa documentação.

Fundações

Rodas propôs que, em vez de fundações, o tema a ser submetido oportunamente ao Co seja intitulado “parcerias público-privadas”, na sua opi-

nião mais amplo e produtivo como enfoque. O professor Dantas objetou, fazendo ver que há uma distinção clara entre parcerias e fundações.

Os representantes da Adusp deram vários exemplos de distorções provocadas pela atuação das entidades privadas ditas “de apoio”, tais como os diplomas “USP” emitidos por elas e a cobrança dos cursos, que a Constituição Federal veda para estabelecimentos oficiais de ensino, em seu artigo 206. Foi lembrado ao reitor que o STF reafirmou esse entendimento, em recente Súmula Vinculante.

O reitor voltou a insistir na sua proposta de definir o que chama de best practices para as fundações. “É muito difícil fazer um código de conduta completo das fundações”, expressou.

Previdência

Os membros do CR manifestaram seu descontenta-

Fotos: Daniel Garcia



Professor Luis Dantas



Professor Marcelo Freire



Professor Plauto Watanabe

continua na página 4...

Chapa 1 é eleita para dirigir Andes-SN com 91% dos votos

A Chapa 1, “Andes Autônoma e Democrática”, foi eleita para a diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior com 90,99% dos votos dos eleitores que compareceram às urnas de todo o país, nos dias 11 e 12/5. Do total de 10.836 votantes, 9.860 votaram na chapa única; 701, em branco (6,41%); e 275, nulos (2,54%).

A presidente eleita, Marina Barbosa Pinto, da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff), assume o cargo pela segunda vez. Ela presidiu a gestão 2004-2006.

Para o cargo de secretário-geral, foi eleito Márcio Antônio de Oliveira, da Associação

dos Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (Apesjf), que também já foi presidente do Andes-SN no biênio 1992-1994. Outros 80 docentes de todas as regiões do país compõem o grupo que dirigirá o Andes-SN no biênio 2010-2012.

Homologação

Duas chapas se inscreveram para disputar as eleições, durante o 29º Congresso da categoria docente, realizado em Belém (PA), de 26/1 a 1/2. Entretanto, apenas a chapa “Andes Autônoma e Democrática” teve seu pedido de registro definitivo homologado pela Comissão Eleitoral Central, por ter cum-

prido as exigências regimentais.

A Chapa 2, “Andes para os Professores”, apresentou apenas 67 dos 83 nomes necessários para compor a nominata. Destes, 12 eram candidatos a secretarias regionais diferentes da base territorial das seções sindicais às quais estão vinculados. Além disso, 16 dos termos de compromisso entregues não eram originais ou não apresentavam documentos para comprovação da autenticidade. Sua homologação, portanto, foi rejeitada por unanimidade.

A posse da nova diretoria está marcada para o dia 24/6, em Fortaleza (CE), durante a abertura do 55º Conad do ANDES-SN.

Eleições do Andes-SN e Conselho de Representantes

Nos dias 11 e 12/5 realizaram-se eleições para diretoria do Andes-SN e para renovação de parte do Conselho de Representantes da Adusp. A Chapa 1, “Andes Autônoma e Democrática”, única inscrita para a diretoria do Sindicato Nacional, obteve 295 dos 317 votos colhidos na Adusp.

Para o Conselho de Representantes, foram eleitos os professores Marcelo Ventura Freire (EACH), Luiz Jorge Pedrão (EERP), Solange Aparecida Caldeira Monteiro e Plauto Christopher Aranha Watanabe (FORP), Cláudio Martins Mendes (ICMC), Pierluigi Benevieri e Oswaldo Rio Branco de Oliveira (IME), Sueli Susana de Godoi e Thais Navajas Corbisier (IO) e Daisy de Brito Rezende (IQ).

Para as unidades que ainda não elegeram seus representantes, a Adusp fará nova chamada de eleições no 2º semestre, visando ao fortalecimento dessa importante instância do nosso sindicato.

... continuação da matéria da página 3

mento com a perda do direito a manter a integralidade dos seus vencimentos ao se aposentarem. “Quando fiz o concurso, tinha certeza de que teria aposentadoria integral. A maior parte dos docentes desconhece que não terão aposentadoria integral”, revelou o professor Freire.

“Os docentes novos vão ter um salário agora e outro quando se aposentarem. Teremos uma ‘bomba’ em cada unidade, por causa do produtivismo”, comentou o professor Watanabe. A professora Beatriz destacou o fato de que o poder aquisitivo da categoria já foi bem maior décadas atrás, ao passo que Freire destacou a “dimensão estratégica dos salários iniciais”, como forma de trazer para a universidade pública quadros docentes capacitados.

Também nesta questão o reitor não apresentou proposta concreta.

Salários I

A questão da negociação salarial foi a mais polêmica. O presidente da Adusp criticou o documento do reitor que faz referência à “automática conversão do interdito proibitório” (obtido na justiça preventivamente) em “medidas que se fizerem pertinentes”, “inclusive o concurso de força policial”. A professora Heloísa, por sua vez, assinalou que tal atitude só vai acirrar a disputa entre o Cruesp e os sindicatos: “A gente não quer um 9 de junho de novo”.

O reitor afirmou que tentou adiantar para o mês de abril a reunião com o Fórum das Seis, “mas não houve acolhimento dos outros reitores”. Criticou o Sindicato dos Trabalhadores da USP porque, no seu entender, não mostra disposição de negociar. Também queixou-se das publicações da Associação dos Moradores do Crusp, que considera

ofensivas em relação à sua pessoa.

Rodas opinou que a Adusp deveria assumir “um papel diferenciado”, sugerindo que a entidade poderia atuar como mediadora. Nesta altura, o professor Zanetic protestou: “O Fórum das Seis desenhou uma proposta de diálogo, porque no ano anterior não houve diálogo. Construímos uma alternativa no sentido de evitar o confronto”, afirmou, notando que antes de ser anunciado o reajuste de 6% para os professores o Sintusp “não tinha nenhum boletim chamando greve e ocupação”. Ele enfatizou que o estopim do confronto foi a decisão do Cruesp de conceder reajuste salarial de 6% exclusivamente para os docentes, em detrimento dos funcionários.

Salários II

A professora Lucy também criticou a atitude dos reito-



Professoras Beatriz Medeiros e Lucy Soares

res: “Já conhecendo o comportamento diferenciado de funcionários, estudantes e docentes, o Cruesp nada fez para evitar o conflito, pelo contrário, o acirrou. Será que a intenção do Cruesp era essa?”

“Vamos dizer que tudo isso que vocês estejam falando esteja certo. Vamos incen-

diar o campus?”, indagou Rodas.

Em resposta, os docentes reafirmaram a importância fundamental da negociação do dia 11/5 na superação do confronto, reafirmaram o direito de greve e propuseram que a Reitoria retirassem a ameaça de descontar os dias parados.

Ato na São Francisco apoia diretor, repudia Rodas e exige retorno imediato da Biblioteca

O diretor da Faculdade de Direito (FD) do Largo São Francisco, professor Antonio Magalhães Gomes Filho, foi ovacionado pelos estudantes em ato realizado em 12/5 em favor do imediato retorno, ao prédio histórico da unidade, dos livros transferidos em sigilo pelo ex-diretor e atual reitor, professor Grandino Rodas. Os estudantes querem também o *impeachment* do vice-diretor, Paulo Borba Casella, acusado de boicotar o processo de retorno das caixas de livros.

De acordo com os estudantes, Magalhães vem sofrendo “pressões e ameaças” da Reitoria, mas “não precisa temer por represálias”, pois conta com o apoio da categoria, segundo documento distribuído no ato e assinado por 17 representantes discentes. O texto é ironicamente intitulado *Quousque tandem abutere patientia nostra?*, a mesma expressão utilizada como título pelo reitor, recentemente, em artigo que publicou sobre a ocupação da Coseas.

Quanto a Casella, “fazendo-se valer da ausência, por motivos médicos, do diretor da faculdade”, teria tentado em 7/5, “de forma autoritária, impedir que o retorno dos livros fosse feito, desrespeitando a determinação do professor Magalhães”. Para os estudantes, o vice-diretor é ligado a Rodas, pois “ocupa seu assento após um esforço público do Magnífico Reitor”.

“Estamos há mais de 100 dias sem ter acesso ao acervo”, o qual foi transferido “na calada da noite, em mais um ato secreto do antigo diretor, no último dia de sua gestão”, afirmam os representantes discentes, que observam, mais adiante, que o retorno dos livros encaixotados (e ora colocados



Três momentos do ato na Faculdade de Direito em 12 de maio



no Anexo IV da faculdade) foi recomendado pelo Ministério Público Federal (vide *Informativo Adusp* 303) e determinado pela Justiça Federal.

Tom desrespeitoso

Ainda segundo o documento, a Reitoria pretende apoderar-se dos anexos III e IV da faculdade, o que é confirmado pelo diretor: “Recebi um ofício do chefe de gabinete dizendo que se a faculdade não der utilização aos prédios a Universidade iria dar outra destinação a eles”, declarou ao *Informativo Adusp* o professor Magalhães. “São prédios que estamos utilizando, ainda que precariamente. Isso nos causaria grandes problemas.

Respondi ao chefe de gabinete que estranhava a falta de um tratamento respeitoso”.

O diretor da FD considera preocupante o tom de ameaça do ofício. “Nos orgulhamos de pertencer à USP, mas a USP também tem de se orgulhar da faculdade, que tem 183 anos”.

Quanto à Biblioteca, Magalhães acredita que o problema estará resolvido dentro de um mês. “Uma parte da biblioteca já está montada no prédio novo, e outra está voltando para cá” (ou seja, para o prédio histórico). A mudança teve início no dia 8/5. Futuramente, também a biblioteca central será transferida para o prédio novo, que já abriga as bibliotecas departamentais.

“Contrato de gaveta”

Outra questão que tem mobilizado os estudantes da São Francisco diz respeito à denominação de duas novas salas do prédio histórico. O texto dos representantes discentes alude a “doações privadas com encargos [que] foram feitas por meio de um contrato de gaveta, um ato secreto do antigo diretor Grandino Rodas, e aprovadas pela Congregação no último mês”.

Trata-se de doações financeiras realizadas pelo Escritório Pinheiro Neto e pela família Pedro Conde, esclarece o diretor. Como contrapartida, as salas receberam o nome de pessoas ligadas aos doadores: o advogado José Martins Pi-

neiro Filho e o banqueiro Pedro Conde.

“Houve uma resistência, mas a Congregação aprovou as denominações”. No entanto, explica Magalhães, “quando isso ocorreu não havia notícia de um contrato, que apareceu depois”. O contrato, com a família Pedro Conde, condicionava a doação à denominação da sala. Segundo o diretor, o Escritório Pinheiro Neto abre mão do privilégio.

O reitor foi procurado pelo *Informativo Adusp* para comentar as críticas, mas sua assessoria informou que não poderia responder no prazo solicitado. O vice-diretor Casella, também procurado, não foi localizado.

Periódico eletrônico internacional publica retratação e acusa de plágio o grupo de Andreimar e Suely Vilela

O periódico eletrônico *Biochemical Pharmacology*, que publicou, em 2008, artigo acusado de plágio, acaba de publicar a retratação, reconhecendo a procedência das denúncias. O artigo em questão é assinado por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto liderado pelo professor Andreimar Soares e do qual faz parte a professora Suely Vilela, então reitora da USP. O caso foi publicado, em primeira mão, pela edição 296

do *Informativo Adusp*.

O artigo do grupo de Andreimar reproduz três imagens colhidas em microscópio eletrônico idênticas às que constam de outro artigo, publicado em 2003 na revista *Antimicrobial Agents and Chemotherapy* (v. 47, nº 6), por Angela Hampshire Lopes e seu grupo da UFRJ. Certas passagens do artigo de 2008 são quase integralmente copiadas do artigo de 2003, não havendo qualquer referência ao trabalho anterior e aos seus autores.

De acordo com *Biochemical Pharmacology*, “os autores plagiaram figuras transmitidas por microscópio eletrônico publicadas por outros em *Antimicrobial Agents and Chemotherapy*, 47 (2003) 1895–1901” e portanto “este artigo representa um grave abuso do sistema de publicações científicas”. “A comunidade científica adota uma visão muito severa desta matéria e nós pedimos desculpas aos leitores do jornal por esse incidente”.

Adusp elege delegados ao Conclat e debate a pauta

Em assembleia realizada em 6/5, com a presença do professor Pedro Paulo Vieira Carvalho, da Intersindical, a Adusp indicou como delegados ao I Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) os professores Francisco Miraglia Neto (IME), Manoel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH) e Rodrigo Ricupero (FFLCH)

e, como suplentes, os colegas Marcos Nascimento Magalhães (IME), Kimi Tomisaki (FE) e Oswaldo Coggiola (FFLCH).

Constam da pauta do congresso, entre outros temas, a formação de uma nova central sindical e a discussão do seu caráter: se poderão ou não participar, além de sindicatos de trabalhado-

res, estudantes e movimentos populares.

Com o objetivo de esclarecer as diferentes posições que estarão presentes no Conclat, a Adusp promoverá um debate no dia 26/5, quarta-feira, às 17 horas, na sede da entidade, com representantes da Conlutas e da Intersindical.

20 de maio, quinta-feira, às 17 horas
**Debate em Piracicaba:
 Carreira Docente**

Departamento de Ciências Florestais (LCF), Sala DO 1

Debatedor convidado: professor Manoel Fernandes, da FFLCH e representante dos professores doutores no Co.

Será oferecido um coquetel aos participantes.

BIOCHEMICAL PHARMACOLOGY 76 (2008) 279–288

available at www.sciencedirect.com




journal homepage: www.elsevier.com/locate/biochempharm

Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake *Bothrops jararaca*: Cloning and identification of a complete cDNA sequence

Carolina D. Sant'Ana^a, Danilo L. Menaldo^a, Tássia R. Costa^a, Marryssa Godoy^a,
 Vanessa D.M. Muller^a, Victor H. Aquino^a, Sérgio Albuquerque^a, Suely V. Sampaio^a,
 Marta C. Monteiro^b, Rodrigo G. Stábeli^c, Andreimar M. Soares^{a,*}

^a Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, FCFRP-USP, Ribeirão Preto-SP, Brazil
^b Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Guarapuava-PR, Brazil
^c Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais, IPEPATRO, Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Rondônia-AC, Brazil

<p>ARTICLE INFO</p> <p>Article history: Received 9 April 2008 Accepted 1 May 2008</p> <p>Keywords: L-Amino acid oxidase Snake venom Bothrops jararaca Parasiticide Antiviral cDNA sequence</p>	<p>ABSTRACT</p> <p>L-Amino acid oxidase (LAO, EC 1.4.3.2) are flavoenzymes that catalyze the stereospecific oxidative deamination of L-amino acid substrate to the corresponding α-ketoacid with hydroxyperoxide and ammonia production. The present work describes the first report on the antiviral (Dengue virus) and antiprotozoal (trypanocidal and leishmanicidal) activities of Bothrops jararaca L-amino acid oxidase (BjarLAO-I) and identify its cDNA sequence. Antiparasitic activities were inhibited by catalase, suggesting that they are mediated by H₂O₂ production. Cells infected with DENV-3 virus previously treated with BjarLAO-I, showed a decrease in viral titer (13–83-fold) when compared with cells infected with untreated viruses. Untreated and treated promastigotes (<i>T. cruzi</i> and <i>L. amazonensis</i>) were observed by transmission electron microscopy with different degrees of damage. Its complete cDNA sequence, with 1452 bp, encoded an open reading frame of 484 amino acid residues with a theoretical molecular weight and pI of 54,771.8 and 5.7, respectively. The cDNA-deduced amino acid sequence of BjarLAO shows high identity to LAOs from other snake venoms. Further investigations will be focused on the related molecular and functional correlation of these enzymes. Such a study should provide valuable information for the therapeutic development of new generations of microbicidal drugs.</p> <p style="text-align: right;">© 2008 Elsevier Inc. All rights reserved.</p>
--	---

1. Introduction

Snake venom components have been widely used in medicine as diagnostic or therapeutic tools and also as models in the studies of processes in cell biology. Snake venom proteins have been considered responsible for the killing of *Leishmania* spp. [1–4], HIV virus [5] and *Plasmodium falciparum* [6]. Recent studies revealed that the crude venom of South American *Bothrops* snakes inhibited growth of *Leishmania* major and *Trypanosoma cruzi* [1] and induced programmed cell death in *T.*

Em debate:
A criação de nova Central

Quando: 26/5, quarta-feira, às 17 horas
 Onde: sede da Adusp

Participação de representantes da
 Conlutas e da Intersindical

Inquérito do MPF vai apurar repasse do governo ao presidente do Proifes

Em atendimento a um recurso do Andes-SN contra uma decisão anterior de arquivamento do caso, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para apurar possíveis irregularidades em repasse de verbas do governo federal para o presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), professor Gil Vicente Reis Figueiredo.

O inquérito se baseia em denúncia encaminhada ao órgão pelo Andes-SN, em 25/6/2009. Além de acatar os questionamentos apresentados, o MPF considera que pode também ter havido violação da Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho, que coíbe a interferência estatal nas organizações dos trabalhadores.

Em 2009, o Andes-SN tornou público que o Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) repassou à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), até abril, mediante Termo de Cooperação, R\$ 370 mil para a elaboração de estudos para reestruturação de cargos, carreiras e salários dos servidores públicos federais, incluindo os docentes. O presidente do Proifes estava entre os pesquisadores da UFSCar contemplados com parte desses recursos.

Desvio de finalidade

Gil Vicente recebeu R\$ 24.794,55, de acordo com dados disponíveis no Portal da Transparência do governo federal. O Andes-SN encaminhou pedidos de esclarecimentos ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao reitor da UFSCar, Targino de Araújo Filho. Como não obteve respostas, encaminhou as denúncias ao MPF.

O MPF, inicialmente, decidiu pelo arquivamento, alegando que, se houvesse crime, seria de competência do Ministério Público do Trabalho (MPT) apurar, já que “estritamente sob o ponto de vista do patrimônio público, não se vislumbravam irregularidades”.

O Andes-SN, porém, recorreu da decisão de arquivamento, baseando-se na premissa de que se o dinheiro público é utilizado para interferir na organização dos trabalhadores haveria, no mínimo, um desvio de finalidade. O recurso foi acatado, em 15/4/2010, pelo procurador da República Paulo Roberto Galvão de Carvalho. Um inquérito vai averiguar as denúncias, que também serão comunicadas ao MPT, para que este órgão também tome as providências que julgar cabíveis.

O Proifes foi criado em 2005, estimulado por setores

do governo, como forma de contrapor-se ao Andes-SN. Em 6/9/2008, tentou transformar-se em sindicato nacional, por meio de uma duvidosa assembléia de fundação, realizada na sede nacional da CUT. Cerca de 200 docentes de universidades públicas estaduais e federais foram impedidos de participar dessa assembléia (Informativo Adusp 267). Posteriormente, tentou obter a carta sindical no Ministério do Trabalho e Emprego, sem êxito.

Conflito

O repasse de verbas públicas a um dirigente sindical, com o intuito de financiar estudos acadêmicos sobre assuntos (cargos, carreiras e salários) que são objeto de forte disputa entre o governo e as entidades que representam as categorias do funcionalismo público federal, configura

conflito de interesses. O movimento sindical combativo sempre se pautou pelo princípio da independência com relação aos patrões e aos governos. Se um dirigente sindical recebe remuneração extraordinária, que extrapola seu salário habitual, em razão de um projeto que lhe foi claramente direcionado por um órgão do governo (o MPOG), perde sua independência.

O presidente do Andes-SN, professor Ciro Correia, reitera que é preciso esclarecer “esses atos oficiais que podem ter sido objeto da motivação fraudulenta de recompensar posturas e práticas anti-sindicais por parte daqueles que têm se arvorado em ‘negociadores’ da categoria”.

O *Informativo Adusp* encaminhou ao professor Gil Vicente perguntas sobre o caso, não respondidas até o fechamento desta edição, em 14/5.

Comissão de Trabalho e Serviço Público rejeita PLC 549

Os deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público rejeitaram por unanimidade, em 12/5, o Projeto de Lei Complementar 549/09, que congela o salário dos servidores públicos federais por dez anos e impede investimentos em obras como reformas e ampliações de escolas e hospitais.

A rejeição à matéria foi proposta pelo deputado relator, Luiz Carlos Busato (PTB-RS), que já havia se comprometido com representantes do Andes-SN e de outras categorias de servidores públicos a apresentar parecer contrário à matéria. O PLC, entretanto, agora segue para análise de outras comissões e, se



Sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que descartou o PLC 549/09

aprovado, irá a plenário.

“Obtivemos uma importante vitória, mas ainda não vencemos a guerra. Precisamos continuar firmes com nossas mobilizações contra esse pro-

jecto que só trará prejuízos para a parcela da sociedade brasileira que depende de serviços públicos de qualidade”, afirma o 1º tesoureiro do Andes-SN, José Vitório Zaço.



“Só em 2009, o governo Lula destinou 35,57% do Orçamento Geral da União para o pagamento da dívida pública, e apenas 4,64% para a Saúde e 2,88% para a Educação. Por-

tanto, não são os gastos com a folha de pagamento dos servidores que impedem o país de crescer e oferecer serviços públicos de qualidade à população”, avalia Zaço.

Ação do gatilho, agora à espera de um cronograma da Reitoria

Ação do gatilho já dura vários anos e a Adusp tem procurado manter o assunto em pauta, relatando em cada edição do Informativo o andamento da questão. No momento, a palavra está com a USP, que deve entregar em juízo uma listagem dos vencimentos recebidos em 1987. A partir daí a Adusp, com auxílio de contadores, fará a conta dos montantes devidos aos beneficiários incontroversos, relativos ao ano de 1987. Cabe lembrar que a sentença judicial também determina a imediata incorporação no salário de

32,96% aplicados retroativamente a 1988.

Na reunião com o reitor, professor Grandino Rodas, em 27/4/2010, a Adusp apresentou a proposta de que, entre 3 e 18/5, a USP divulgasse, via sistema Marte e na forma de holerite, os vencimentos recebidos pelos beneficiários em 1987. Após verificação e correção de eventuais enganos, solicitados pelos docentes, a USP entregaria oficialmente essas informações em juízo até 25/5. Note-se que a verificação prévia evita atrasos que ocorrem quando se usa exclu-

sivamente a via judicial para os esclarecimentos e correções de enganos por parte da USP. O reitor concordou com a proposta da Adusp, ressaltando que consultaria sua equipe técnica para definir um cronograma.

Protelação

A promessa acertada na reunião de 27/4 de, em uma semana, recebermos a resposta da USP com um cronograma não foi cumprida. Após cobrança, recebemos a informação de que, por motivos técnicos, a USP não teria condições de divulgar no sis-

tema Marte os dados relativos aos vencimentos de 1987 dos beneficiários. Enviamos imediatamente um e-mail solicitando esclarecimentos sobre os motivos de tal impedimento e indagando da possibilidade de resolvê-los. Também cobramos os prazos para a divulgação dos dados e pedimos agendamento de nova reunião.

Passados alguns dias, recebemos por e-mail a informação de que a USP iria disponibilizar as informações, mas o calendário só seria enviado na semana que se inicia em 17/5. Moral da

história: transcorrido quase um mês da reunião com o reitor, voltamos a aguardar o tal cronograma!

É difícil compreender que se perca tanto tempo para organizar na forma de holerite uma informação que já está disponível em formato texto. A dificuldade técnica, que reconhecemos existir, não é argumento para tanto atraso. Esperamos que haja coerência por parte da universidade: ao compromisso do reitor deve corresponder real empenho e agilidade para cumprir a sentença judicial.

Sarau da Adusp lança livro sobre movimento LGBT

Momento de encontro, troca e bate-papo entre os docentes, o Sarau da Adusp passa a ser realizado mensalmente, retomando iniciativa de gestões anteriores. No dia 7/5 foi realizada a segunda edição do evento, que contou com o lançamento do livro *Luta, Resistência e Cidadania - Uma Análise Psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT* (Ed. Juruá, 2008, 514 p.), do professor Alessandro Soares da Silva, da EACH.

O livro, produzido a partir da pesquisa de doutorado em psicologia pela PUC-SP de Soares da Silva, apresenta um estudo comparativo sobre os movimentos homossexuais em Portugal, Espanha e Brasil, a partir da análise das Paradas de Orgulho Gay realizadas nesses países. “Eu estava interessado em entender como se constitui um sujeito coletivo que toma o espaço público e através de sua ação política

constrói um novo projeto de cidadania”, explica o autor.

Entre comes e bebes, os presentes assistiram a uma apresentação de Soares da Silva sobre seu livro e puderam trocar dúvidas e opiniões sobre o assunto em clima descontraído. “O sarau é uma estratégia nova de utilizar esse espaço para temas diferentes do cotidiano do sindicato, é um espaço de reflexão e compartilhamento. Queremos com isso buscar novas formas de contato com o corpo docente, rever a imagem do sindicalismo e do sindicato”, destaca o professor.

